



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 11 de outubro de 2023

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 11 de outubro de 2023

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Carlos Roberto Lupi MPS – Wolney Queiroz Maciel SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal INSS – Alessandro Antônio Stefanutto INSS – André Paulo Felix Fidélis CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto DRGPS/SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	Representantes dos Trabalhadores em Atividade FS – Odair Antonio Bortoloso CTB – Rolando Medeiros
Representantes dos Aposentados e Pensionistas SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho CSB – Bartolomeu Evangelista de França COBAP – Obede Muniz Teodoro CONTAG – Evandro José Morello	Representantes dos Empregadores CNF – Rafael Baldi da Silva CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira CNT – Márcia Gonçalves de Almeida
Palestrantes/Convidados FEBRABAN – Alex Sander Gonçalves MPS – Eduardo Pereira	

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) cumprimentando e agradecendo a presença de todos(as).

II – ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** recordou que a deliberação da última reunião do Conselho fora suspensa para debate sobre a definição da taxa do empréstimo consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no GT sobre Cartão de Crédito e Cartões de Benefícios, o qual realizou duas reuniões durante esse período. Registrou que a existência de opiniões e visões divergentes não impediriam o reconhecimento ao direito de entendimento de cada conselheiro(a) e ressaltou que, na reunião em que fora deliberada a baixa dos juros, manifestou-se que sempre procuraria acompanhar proporcionalmente os índices apresentados pelo Banco Central do Brasil (BACEN), uma vez que estavam vivenciando um novo momento. Dedicou o seu profundo sentimento de pesar a todos(as) que perderam os seus familiares na guerra entre o Hamas e Israel e, na sequência, concedeu a palavra ao Sr. Benedito Adalberto Brunca, tecendo elogios ao seu trabalho. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** informou que, de acordo com recomendação deliberada na última reunião do CNPS, foram realizadas duas reuniões do GT para debate do tema crédito consignado, nas quais tiveram algumas evoluções e involuções. Explanou que havia uma apresentação elaborada pelo GT sobre Cartão de Crédito e Cartões de Benefícios antes da última reunião ordinária do CNPS que não fora apresentada devido à decisão de remeter o tema para maior debate e negociação no Conselho, a qual poderia ser exposta neste momento. Arrazoou que, na sequência, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)/Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC) encaminharam uma apresentação para que fosse realizada ao CNPS, assim como o INSS. Sugeriu que fosse realizada essa sequência de exposições, iniciando pela apresentação do GT. Acatada a sugestão, deu início à exposição, relatando que, no mês de agosto de 2023, quando houve a última deliberação do CNPS, havia uma taxa SELIC de 13,25% ao ano e uma taxa do empréstimo consignado de 26,38% ao ano, as quais resultaram na diminuição da taxa de juros consignado futura para 25,42% ao ano, ou seja, 1,91% ao mês. Em setembro de 2023, com a nova redução da taxa SELIC para 12,75%, decorrente da reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), que concluiu a deliberação em 20 de setembro de 2023, a taxa de juros consignado futura passaria para 24,53% ao ano, ou seja, 1,84% ao mês. Quanto à discussão referente à fixação de novo parâmetro de taxa a ser aplicada ao Cartão Consignado e ao Cartão Benefício, esclareceu que sempre houve uma diferença de 0,92% em relação à taxa fixada para as operações de crédito consignado que gerou a taxa anterior de 2,83% ao mês, a qual tinha uma razão de 1,48% entre a taxa do empréstimo e a taxa do cartão de crédito, que passaria para 1,50% caso fosse aprovada a taxa de 1,84% para o empréstimo consignado. Explicou que estavam propondo que fosse acompanhada a razão apurada na última deliberação de agosto de 2023 para fixar a taxa do cartão em 2,73% ao mês. Comentou que o Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo Ministério da Fazenda, debateu muito sobre os cartões e a possibilidade de unificá-los e sobre as expectativas existentes em relação ao tratamento desses dois produtos que tinham benefícios diferentes, mas uma única taxa. Explicou sobre a diferenciação entre o cartão consignado e o cartão benefício e arrazoou que, como não havia o vislumbre de realizar alteração na legislação dos cartões, estavam propondo ao CNPS a aprovação de resolução

36 que recomendava ao INSS: (i) alteração dos seguintes dispositivos da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de
37 novembro de 2022: a) o § 4º do art. 15 para prever a liquidação do saldo da fatura do cartão de crédito consignado pelos
38 mesmos meios previstos para o cartão consignado de benefício; b) o art. 16 para unificar as obrigações estabelecidas para
39 as instituições financeiras consignatárias na contratação do cartão consignado de benefício e do cartão de crédito
40 consignado, quanto à oferta mínima de auxílio funeral e seguro de vida e quanto à entrega de cartão em meio físico e das
41 apólices, em meio físico ou eletrônico; (ii) estabelecimento do prazo de 30 dias para que as instituições financeiras
42 consignatárias iniciem a oferta do cartão de crédito consignado, nas mesmas condições e vantagens previstas para o cartão
43 consignado de benefício; (iii) estabelecimento de prazo de até seis meses para que as instituições financeiras repactuem
44 os contratos de cartão de crédito consignado e passem a operar com as mesmas condições e vantagens ofertadas na
45 contratação do cartão consignado de benefício. Acrescentou que o GT se dispôs a estabelecer entendimentos com a
46 Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (SENACON), de maneira a avaliar a existência de outra formatação cabível
47 que pudesse agilizar a adequação do nível operacional com segurança para evoluir na equiparação dos benefícios dos dois
48 cartões. Com a palavra, o **Sr. Presidente** registrou que estavam sendo ampliados os benefícios para o cartão de crédito
49 consignado e estabelecida a mesma taxa para ambos os cartões, dando um prazo de 30 dias para que as Instituições
50 Financeiras (IFs) pudessem iniciar a oferta para os novos cartões e seis meses para repactuação dos contratos já existentes.
51 Por fim, destacou que as taxas do empréstimo consignado praticadas efetivamente pelas IFs já estavam disponíveis na
52 página do Meu INSS. Em seguida, passou-se à exposição do INSS. De posse da palavra, o **Sr. André Fidelis** parabenizou a
53 Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), que atendeu o pleito que possibilitou maior
54 transparência nas taxas praticadas pelas IFs e demonstrou como era realizado o acesso dessas informações no *site* e no
55 aplicativo Meu INSS, no qual é possível obter dados da taxa média, mínima e máxima. Exibiu tabela com a evolução das
56 taxas de juros praticadas pelas IFs, referente aos novos contratos, à portabilidade e ao refinanciamento em 2023; gráfico
57 com a evolução da quantidade de operações previdenciárias em 2023; gráfico da evolução da quantidade de operações
58 LOAS em 2023; tabela com a evolução das taxas de juros praticadas pelas principais IFs nos últimos sete dias e, por fim,
59 tabela com a evolução das taxas de juros praticadas pelas demais IFs nos últimos sete dias. Na sequência, passou-se à
60 apresentação da FEBRABAN/ABBC. Concedida a palavra, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** observou que já haviam sido
61 apresentados alguns dados anteriormente, os quais seriam mostrados rapidamente para otimização do tempo. Reforçou
62 a visão de que estavam enfrentando uma queda nas concessões e que havia uma diferença entre os dados da DATAPREV
63 e do BACEN, o que estava relacionado com a metodologia utilizada, visto que o BACEN não considerava como concessão
64 o valor das portabilidades, por não haver liberação de novos recursos ao cliente e considerava apenas o “troco” liberado
65 ao cliente no refinanciamento. Discorreu que realizaram uma avaliação com base nos dados do BACEN utilizando os meses
66 de maio a agosto de 2023, em que se pode observar uma média de concessão de R\$ 5,3 bilhões, o que era um patamar
67 inferior às médias de 2022, 2021, 2020 e 2019 e próxima às médias de 2018 e 2017. Afirmou que possuíam convicção de
68 que havia condições de estarem emprestando cerca de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões por mês devido à capacidade existente
69 nos bancos e que, na visão do Sistema Financeiro, essa queda decorreu pela redução do teto, que causou uma redução
70 relevante dos investimentos. Recordou que fora passada a percepção de que a queda do volume de empréstimos, talvez,

71 era positiva, já que poderia estar acompanhando a redução das reclamações, porém, não concordavam com essa
72 observação, pois a queda no número de reclamações era uma consequência dos esforços adotados, inclusive, nesse
73 Conselho. Informou que havia uma queda de 48% nas reclamações de 2021 para 2022 e estavam projetando uma redução
74 de 26% de 2022 para 2023, o que não significava que havia um patamar satisfatório e que estavam confiantes que outras
75 medidas já endereçadas manteriam essa tendência de queda, mesmo que aumente o volume de concessão. Demonstrou
76 como exemplo os impactos sofridos pelos correspondentes bancários Empresta, Vazoli e Help após a redução do teto e
77 destacou a importância do canal correspondente. Demonstrou também, como exemplos, mapa com o comparativo da
78 cobertura da rede de agência e dos correspondentes do Itaú, no qual se destaca o papel relevante e complementar do
79 correspondente e mapa comparativo da capilaridade da atuação dos correspondentes do Banco PAN nos anos de 2022 e
80 2023. Explanou sobre a alteração no mix de modalidade de operações, salientando que a margem livre já representou 80%
81 do total de operações de empréstimo do INSS e agora estava em 30% e que os correspondentes estavam priorizando
82 realizar operações voltadas para a base do cliente existente. Observou que a intenção de trazer mais benefícios aos
83 aposentados e pensionistas do INSS poderia estar trazendo um resultado contrário ao pretendido, uma vez que não
84 conseguiriam atender aqueles que possuem idade mais avançada se o teto for fixado em um patamar não adequado. Na
85 sequência, demonstrou quadro com exemplo de roteiros operacionais dos bancos que atuavam no consignado do INSS e
86 gráfico com as regras utilizadas pelos bancos referente à idade máxima para concessão no prazo de 84 meses, antes e
87 depois da redução do teto, em que se observava que a grande maioria dos bancos foram obrigados a reduzir a idade
88 máxima. Exibiu quadro com a quantidade de operações de margem livre realizadas para aposentados e pensionistas com
89 mais de 70 anos, em que se constatava que houve uma redução no total de operações de 36% em 2022 para 26% em 2023
90 e uma queda de 36% para o público de 70 a 74 anos, de 47% para o público de 75 a 79 anos e de 6% para o público com
91 mais de 80 anos, comparando o período de maio a setembro de 2022 e de 2023. Ressaltou que, na ausência do consignado,
92 restava ao aposentado a opção do crédito pessoal e crédito para negativados, com taxas e prazos totalmente
93 incompatíveis com suas necessidades. Apresentou a pesquisa realizada junto ao público tomador do crédito consignado
94 INSS, a qual demonstrava que 78% eram os principais responsáveis pelo sustento da casa; 31% utilizaram o dinheiro do
95 empréstimo para pagamento de dívidas, o que corroborava com a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV);
96 29% teriam como outras opções de crédito o empréstimo pessoal, já os negativados pediriam emprestado ou procuraria
97 um agiota. Frisou a inadequação da SELIC como custo de captação para o consignado INSS, apresentando matéria do Jornal
98 Valor Econômico, na qual o Sr. Rafael Schiozer, professor de Finanças da FGV, afirmava que reduzir o teto do consignado
99 proporcionalmente à queda da SELIC era um “erro técnico”, uma vez que, em seu entendimento, a taxa que servia de
100 referência para qualquer empréstimo (inclusive o consignado), era a taxa prefixada com maturidade similar à duração do
101 empréstimo. Destacou que o representante do BACEN deixou clara a sua posição contrária à utilização da variação da
102 SELIC para redução do teto e à metodologia de utilização proporcional da queda da SELIC em todo o teto na reunião do
103 GT. Na sequência, explicou o critério utilizado da proporcionalidade da SELIC para redução do teto de 1,97% para 1,91% e
104 registrou que, na visão do Sistema Financeiro, não havia concordância com a adoção desse parâmetro, assim como a
105 maneira como a queda da SELIC estava sendo aplicada sob o teto, tendo em vista que diversos componentes não sofriam

106 redução com a queda do custo da captação. Explicou que, mesmo utilizando a queda de 0,50% ao ano da SELIC em agosto
107 de 2023 como referência, a redução do teto deveria ter sido de 0,04% ao mês, o que corresponderia a um novo teto de
108 1,93% ao mês, visto que a redução de 0,06% ao mês no teto, aprovado pelo CNPS em agosto de 2023, corresponderia a
109 um corte de 0,72% ao ano na SELIC, e não ao de 0,50% ao ano efetivamente ocorrido. Demonstrou o comparativo do antes
110 e do depois da redução da taxa SELIC em relação à rentabilidade do Tesouro Direto, no qual se notava que, mesmo com a
111 redução de 0,50% ao ano, o próprio Tesouro Direto estava remunerando um percentual mais elevado para captar recursos
112 de longo prazo e, diante desse fato, discorreu que os bancos também aumentaram a rentabilidade paga aos investidores,
113 aumentando o custo de captação mesmo como a queda da SELIC. Na sequência, exibiu tabela com a taxa média praticada
114 pelas IFs, a qual demonstrava que 12 das 15 principais IFs operavam próximas ao teto da margem livre e destacou que a
115 redução de 1,91% para 1,84% traria dificuldades aos bancos que possuíam custo de captação mais elevado em continuar
116 ofertando o consignado do INSS. Na sequência, indicou como considerações: (i) as operações do Consignado INSS são de
117 até 84 meses, o que obrigava os bancos a realizarem captações de longo prazo, tendo como referência o DI futuro de 2
118 anos; (ii) as captações têm como base o custo pago pelo Tesouro Nacional em seus títulos de longo prazo (risco soberano),
119 acrescido do prêmio de risco de cada instituição; (iii) havia instituições operando abaixo do teto, confirmando que o teto
120 não impede a concorrência entre os bancos. A depender do custo de captação ou da estratégia (por exemplo, conquistar
121 mais clientes para a abertura de conta, portabilidade de operações dos seus clientes junto a concorrentes), bancos podem
122 atuar de forma mais agressiva; (iv) o teto de juros nunca teve como objetivo alijar bancos da atuação no consignado INSS.
123 Conforme demonstrado, muitas Instituições Financeiras, em especial de pequeno e médio portes, apresentam custo de
124 captação mais elevado, podendo enfrentar dificuldades de atuação caso o teto seja fixado em patamar não adequado; (v)
125 dentre o público em questão, havia diferentes perfis de risco. A fixação do teto em patamar não razoável poderá prejudicar
126 o atendimento daqueles que apresentam maior risco (idade, público, tipo de operação, etc.), bem como, operações de
127 menor valor; e (vi) o atual teto de juros do INSS tem resultado na redução da oferta de crédito pelo mercado. Relatou que,
128 tendo em vista o ambiente de alta volatilidade que impactava diretamente no custo de captação dos bancos, estavam
129 sugerindo que o teto não fosse alterado nesse momento, estabelecendo-se a retomada da discussão do tema a partir do
130 dia 1º de novembro de 2023, após a próxima reunião do COPOM, para adoção de metodologia, tendo como base o DI de
131 2 anos, em que o teto será ajustado para baixo sempre que a variação do mês apresentar uma redução e mantido
132 congelado até a reunião seguinte do COPOM, no caso de aumento da variação. Em seguida, deu início à apresentação da
133 proposta para o cartão de crédito consignado e o cartão de benefício, demonstrando os seus custos adicionais que não
134 eram impactados pelo custo de captação, sendo eles: (i) custo de *embossing* – confecção do plástico, aquisição de *chip*,
135 armazenamento e impressão dos dados do cliente; (ii) custo de envio do plástico, acompanhado de material explicativo
136 sobre o produto – Correio e/ou empresas de logística; (iii) custo junto à processadora do cartão – desconto mensal, custo
137 de manutenção, monitoramento de prevenção à fraude etc.; (iv) custo operacional mensal para gestão da carteira
138 (processamento das compras e saques, apuração dos valores devidos mensalmente, averbação e conciliação mensal,
139 processamento e envio da fatura); (v) custo de bandeira – *fee* (%) por transação e custo fixo por cartão; (vi) produto de
140 utilização recorrente, com forte consumo dos canais de atendimento - desbloqueio do plástico, detalhamento da fatura,

dúvidas sobre compras, perda de cartão, consulta de limite - aproximadamente seis vezes maior do que o do empréstimo consignado; (vii) custo de benefício mensal e gratuito, exclusivo do cartão benefício: seguro de vida, auxílio funeral e desconto em farmácia; (viii) inadimplência superior ao do empréstimo devido à menor prioridade na ordem de descontos que era três vezes maior; e (ix) investimentos constantes em tecnologia decorrentes do atendimento às exigências do mercado de meio de pagamento (pagamento por aproximação, cartão virtual, *chip*, duplo fator de autenticação para transação em *e-commerce*, atualizações obrigatórias exigidas pelas bandeiras). Explanou que, tendo em vista os custos adicionais do produto em relação ao empréstimo consignado, os quais não sofriam alteração com a redução do custo de captação, estavam propondo que fosse mantido o acréscimo de 0,92% em relação à taxa teto do empréstimo consignado e que, a fim de que não houvesse diferenciação entre o cartão consignado e o de benefícios, que os benefícios do cartão benefício fossem estendidos para os novos cartões consignados, com prazo de implementação a ser definido entre o INSS e a FEBRABAN/ABBC. Para os cartões consignado já emitidos, sugeriu que houvesse prazo de até seis meses para avaliação da viabilidade jurídica, inclusive necessidade, ou não, de nova formalização, e operacional para a extensão dos benefícios do cartão benefício. Discorreu que um ponto importante era a alteração da Instrução Normativa PRES/INSS nº 154, de 24 de agosto de 2023, que definiu que a taxa de juros mensal deve obedecer ao limite máximo de juros recomendado pelo CNPS, ou seja, novas decisões do CNPS quanto ao teto de juros entrariam em vigor de imediato, sem a necessidade de Instrução Normativa (IN) do INSS. Diante do exposto e em virtude de questões operacionais, informou que estavam sugerindo que as alterações do teto entrassem em vigor cinco dias úteis a partir da publicação da recomendação do CNPS. Em seguida, elencou os principais pontos debatidos no GT, reforçando a posição contrária do Sistema Financeiro à adoção da SELIC como parâmetro para redução do teto de juros e à adoção da metodologia apresentada pelo governo no sentido de se aplicar redução ao teto de juros proporcional à queda da SELIC. A posição da maioria dos participantes foi pelo adiamento da discussão do tema até conclusão da próxima reunião do COPOM. Complementando, o **Sr. Rafael Baldi** ressaltou que o Sistema Financeiro gostaria de definir uma metodologia de variação do teto da taxa do consignado e, diante disso, fora apresentada uma metodologia atrelada ao custo de captação e não aos demais custos. Afirmou que nunca seriam favoráveis a uma metodologia que retirasse qualquer aposentado e pensionista do rol de quem pode realizar o empréstimo consignado e esclareceu que os dados apresentados pelo BACEN eram iguais aos dados apresentados pelo INSS. Salientou que não eram favoráveis à metodologia de utilização da SELIC pelos seguintes motivos: (i) a SELIC não era o custo de captação para a operação do crédito consignado; (ii) o teto já caiu 12% e a SELIC apenas 7%; e (iii) o cálculo de proporção. Ponderou que seria interessante levantar as informações de qual era a faixa de aposentados e pensionistas que não estavam sendo atendidos e recordou que os membros do GT, à exceção do Sr. Odair Bortoloso, se manifestaram pela postergação da decisão em relação à alteração do teto de taxa do empréstimo consignado para analisar o cenário em relação às concessões e à decisão da próxima reunião do COPOM. Abrindo as manifestações, o **Sr. Adroaldo Portal** pontuou que, talvez, a grande dificuldade era a modificação das teses ao longo do tempo e arrazouou que o debate sempre se deu em torno da redução da SELIC, desde o início de 2023. Comentou que a DI de 2 anos nunca fora trazida ao debate quando não havia queda da SELIC e que não havia observado nenhuma tese que consolidava um novo paradigma para o processo na apresentação da FEBRABAN/ABBC. Por fim, registrou que a proposta exposta não seria suficiente para

alteração da sua convicção pessoal. O **Sr. Rolando Medeiros** questionou em que momento fora colocada a posição do representante do BACEN contrária a utilização da SELIC; se haveria algum estudo para que houvesse uma segurança para não perder os aposentados e pensionistas acima de 70 anos; e qual era o motivo de identificar a portabilidade como não sendo uma nova transação. Em resposta ao primeiro questionamento, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** explanou que essa posição fora colocada durante a reunião do GT ocorrida no dia 4 de outubro de 2023 e acrescentou que o DI era utilizado para todas as operações do Sistema Financeiro, tendo variação apenas nos prazos. Com a palavra, o **Sr. Gerson Carvalho** esclareceu que não era contrário ao crédito consignado, mas era necessário discutir métodos satisfatórios para os aposentados e para as IFs e discorreu que, em sua opinião, a redução das reclamações podia ter influenciado na redução das operações de margem livre. Relatou que estava sensibilizado com as demissões nos correspondentes, todavia, a redução do número de empréstimos poderia indicar que os aposentados possuíam mais recursos que eram utilizados para movimentar o comércio local, o que geraria mais empregos. Ponderou que a negativa de empréstimos para os idosos acima de 70 anos era uma discriminação e destacou a citação realizada na matéria do Valor Econômico de que o movimento seria uma tentativa de considerar custos e rentabilidade e evitar plano do Ministério da Previdência Social de cálculo proporcional à queda da SELIC. Concluiu, arrazoando que o Programa Desenrola poderia influenciar na diminuição dos inadimplentes e afirmando que não estava convencido em relação à alteração de metodologia. O **Sr. Obede Teodoro** questionou qual era o índice para variação do teto da taxa do consignado proposto pelo Sistema Financeiro e, em resposta, o **Sr. Rafael Baldi** esclareceu que a fórmula proposta para obter a taxa do teto era a somatória do custo de captação e do custo administrativo e operacional. Registrou que fora trazida apresentação, na ocasião em que houve o aumento do teto da taxa em dezembro de 2021, na qual demonstraram que o custo de captação era a curva futura DI e informou que já solicitou que fosse encaminhado o *e-mail* original em que fora enviada essa apresentação para o CNPS. Com a palavra, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** esclareceu ao Sr. Rolando Medeiros que, do ponto de vista do BACEN, a portabilidade não era uma nova operação por se tratar apenas da transferência da dívida e que já buscou como alternativa a implementação de seguro para assegurar o empréstimo aos idosos com mais de 70 anos, mas o prêmio não era suficiente para cobrir a perda das seguradoras que desistiam do negócio. Afirmou que não havia discriminação e estavam procurando de todas as formas viabilizar a concessão do empréstimo consignado ao público que possuía idade avançada e explicou que estavam propondo a aplicação imediata da redução do teto, se houvesse redução na média do DI 2 de anos na próxima reunião do COPOM e a manutenção do teto, caso houvesse aumento. Por fim, reforçou o pedido de que aguardassem a próxima reunião do COPOM, tendo em vista que a decisão de redução do teto nesse momento poderia resultar em um desequilíbrio concorrencial. O **Sr. Bartolomeu França** insistiu na composição dos índices dos juros do crédito consignado e comentou que fora procurado pela Escola de Crédito, que informou que havia a diminuição da comissão dos operadores dos correspondentes. Afirmou que era fundamental a retirada do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) do crédito consignado, o que já estava sendo discutido com o Ministro Wellington Dias e colocou-se à disposição para fazer parte do grupo técnico para contribuir com o seu conhecimento. Concluiu, recordando que o servidor público continuava com crédito consignado mais barato, apesar de ter o mesmo risco de inadimplência do crédito consignado do INSS. O **Sr. Odair Bortoloso** lembrou que o Sistema Financeiro, na reunião anterior, reivindicou a mesma taxa de juros para manter a

retomada robusta das concessões, entretanto, externou a sua preocupação com o endividamento das famílias brasileiras. Quanto à diminuição da taxa de juros, observou que a inflação estava em queda e a economia estava começando a crescer e, por isso, não havia motivos para manter essa taxa alta. De posse da palavra, o **Sr. André Fidélis** explicou que o INSS participou de diversas reuniões do GT e um dos seus pedidos fora a apresentação da metodologia de como era realizada a divulgação das taxas pelo BACEN, o qual sinalizou que as informações eram declaratórias, igual era praticado anteriormente pelo INSS. Destacou que, quando o CNPS tomou a decisão de tornar obrigatória a informação da taxa efetivamente praticada pelas IFs, fez com que tivessem as informações precisas e observou que a última informação disponibilizada pelo BACEN era do dia 29 de setembro de 2023. O **Sr. Paulo Roberto Pinto** comentou que a métrica utilizada para o debate sobre a capacidade instalada dos bancos para realização de empréstimo, entretanto, estava sendo construída uma narrativa de que o crédito aos aposentados estava diminuindo pela redução do teto de taxa do consignado. Asseverou que em nenhum momento fora apresentado elemento que comprovasse que a população estava desassistida, o que trazia uma dúvida se queda existente seria decorrente do aumento dos requisitos de segurança aprofundados por esse Conselho em 2023. Sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de separar esse teto por canal de contratação futuramente, para eliminar argumentações que ensejam a prática de um teto alto e pontuou que deveriam continuar a redução proposta, uma vez que foram realizados mais de 2 milhões de portabilidades, o que, em sua opinião, era uma comprovação de que as medidas adotadas eram positivas. Com a palavra, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** salientou que a principal destinação do empréstimo consignado era o pagamento de dívida e pontuou que a restrição desse crédito não significaria diminuição do endividamento, que poderia acontecer por meio de outras linhas de crédito e que o empréstimo consignado era uma linha positiva. Explanou que não estavam preocupados com o canal correspondente e afirmou que o gasto para originar o crédito na própria agência era o mesmo da via correspondente. O **Sr. Rafael Baldi** demonstrou a média de custos do empréstimo consignado, conforme solicitação do Sr. Bartolomeu França. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** registrou que fazia cerca de 20 anos que acompanhava a discussão do crédito consignado, o qual, em seus primeiros três anos, não possuía teto e havia um caos instalado. Explanou que o teto fora estabelecido para combater que as IFs aproveitassem da situação de vulnerabilidade e do desconhecimento dos segurados do INSS em relação ao crédito, e destacou que o CNPS era a linha de defesa da racionalidade de processo de crédito. Observou que o quadro apresentado de custos era exemplificativo e não trazia o custo real de cada IF e esclareceu que não era admitida a cobrança de taxas extras administrativas ou de seguro no empréstimo consignado, para que não houvesse a exploração do segurado do INSS. Destacou que a taxa ainda poderia ser revista e que houve uma involução da proposta da FEBRABAN/ABBC,, que havia acenado por uma hipótese que fora recuada. De posse da palavra, o **Sr. Presidente** resgatou o processo histórico de construção do teto da taxa do empréstimo consignado, desde a sua posse como presidente deste Conselho, e ponderou que o maior desafio do CNPS seria realizar uma grande campanha de educação financeira para a sociedade. Pugnou que fosse incluída uma discussão aprofundada sobre os motivos da diferença entre o empréstimo consignado para o servidor público e para o segurado do INSS e sobre o custo do empréstimo consignado INSS para melhor entendimento e, ainda, explicou que o teto proposto, de 1,84% ao mês, significaria uma taxa de 24,53% ao ano. Em seguida, realizou a leitura da proposta de resolução elaborada pelo MPS, na qual recomendava ao INSS que: (i) fixasse o teto máximo de juros ao mês,

para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, em 1,84% e, para as operações realizadas por meio de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, em 2,73%; (ii) alterasse os seguintes dispositivos da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022: a) o § 4º do art. 15, para prever a liquidação do saldo da fatura do cartão de crédito consignado pelos mesmos meios previstos para o cartão consignado de benefício; b) o art. 16, para unificar as obrigações estabelecidas para as instituições financeiras consignatárias na contratação do cartão consignado de benefício e do cartão de crédito consignado, quanto à oferta mínima de auxílio funeral e seguro de vida e quanto à entrega de cartão em meio físico e das apólices, em meio físico ou eletrônico; (iii) estabeleça o prazo de 30 dias para que as instituições financeiras consignatárias iniciem a oferta do cartão de crédito consignado, nas mesmas condições e vantagens previstas para o cartão consignado de benefício; (iv) estabeleça o prazo de até seis meses para que as instituições financeiras repactuem os contratos de cartão de crédito consignado e passem a operar com as mesmas condições e vantagens ofertadas na contratação do cartão consignado de benefício. Sugeriu que fosse retirado o art. 3º, que tinha como redação *“Esta Resolução entra em vigor cinco dias úteis após a data da sua publicação”*, uma vez que essa questão deveria ser debatida com o INSS, para encontrar uma solução que atendesse o pedido do Sistema Financeiro. O **Sr. Alex Sander Gonçalves** esclareceu que o INSS já publicou IN indicando que a taxa de juros mensal deve obedecer ao limite máximo de juros recomendado pelo CNPS e que seriam necessários cinco dias úteis para ajuste dos sistemas. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** explanou que, anteriormente, havia um prazo entre as publicações do MPS e do INSS e que a redação atual da IN do INSS era automática a vigência, por não exigir um segundo ato do INSS. Feitos todos os esclarecimentos, os(as) Conselheiros(as) consensuaram por manter a redação do art. 3º, dando o prazo de cinco dias para vigência da resolução. Finalizadas as manifestações, o **Sr. Presidente** submeteu a minuta de resolução apresentada à apreciação do CNPS, a qual fora aprovada pela maioria dos(as) Conselheiros(as), com votos favoráveis do SINTAPI/CUT, COBAP, FS, CTB, CONTAG, DRGPS/SRGPS/MPS, SRGPS/MPS, INSS, SRPC/MPS, CONJUR/MPS, CNT e CNM. Registrado voto favorável do representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) para a metodologia dos cartões e contrário à redução do teto de taxa do empréstimo consignado. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** registrou as ausências justificadas do Sr. Ariovaldo de Camargo e do seu suplente, Sr. Jorge Luiz Marques de Souza, o que causou uma diminuição do número de votantes.

III – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.